

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 06 de fevereiro de 2019 às 08h25*  
*Seleção de Notícias*

## O Globo | BR

Pirataria

<b>Ancelmo Gois</b> .....	<b>3</b>
<small>ANCELMO GOIS</small>	

## Blog Fausto Macedo - Estadão.com | BR

Marco regulatório | INPI

<b>A adoção do Protocolo de Madri e o Projeto de Lei 10.920/18</b> .....	<b>7</b>
--	----------

## Migalhas | BR

04 de fevereiro de 2019 | ABPI

<b>Migalhas nº 4.534</b> .....	<b>9</b>
--------------------------------	----------

## Ancelmo Gois

ANCELMO GOIS



Ancelmo Gois

Pente-fino para evitar novos rolos como 'Chato'

Além das mudanças na Lei Rouanet que o ministro Osmar Terra anuncia na semana que vem, como maior regionalização e contrapartidas sociais, será criado um grupo interministerial para fazer um "pente fino" nos projetos culturais.

-

Por falar em incentivo à cultura...

Sabe a "Lei Rouanet do Rio", sancionada em dezembro pelo então governador Domelles e que permite a empresas destinarem a projetos culturais 100% do que têm a pagar de ICMS? Em tese, permitirá alcançar um volume de até R\$ 400 milhões por ano para projetos culturais, contra menos de R\$ 50 milhões em 2018.

-

Helena Severo fica

O nome de Helena Severo foi confirmado para continuar presidindo a Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

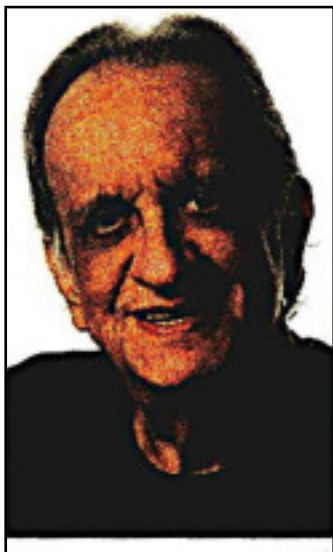
-

O país da pirataria

Músicas e filmes são os mais pirateados na internet. Os downloads desses arquivos lideram o ranking de uma pesquisa feita pela Fecomércio RJ: 31,75% e 28,57% dos entrevistados admitiram que baixam conteúdo pirata desses produtos, respectivamente. Segundo o estudo, o principal motivo alegado é o baixo preço, mencionado por 73% dos compradores.



Continuação: Ancelmo Gois



-

## O drama de uma mãe

A Quarta Turma do STJ manteve decisão do TI de Pernambuco que condenou um hospital particular a pagar R\$ 10 mil por danos morais à família de um recém-nascido que, por um falso diagnóstico de vírus HIV na mãe, foi impedido de ser amamentado nos primeiros dias.

-

## Ai que saudade d'ocê

Geraldo Azevedo está assim, todo pimpão, no clipe de "É só brincadeira", que será lançado depois de amanhã. A música está no EP "É o frevo, é Brasil", lançado recentemente pelo grande artista pernambucano, o primeiro álbum dele exclusivamente dedicado ao ritmo-símbolo de sua terra natal.

-

## ELA TEM ATITUDE

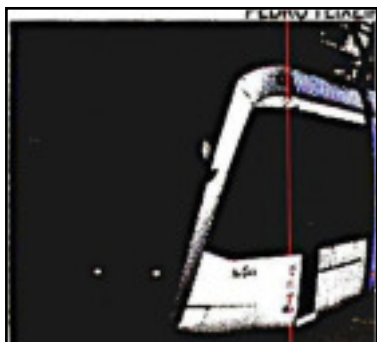
Laryssa Ayres, de 21 anos, a Diana de "O sétimo guardião", posou poderosa para um ensaio que vai ao ar hoje no Gshow, o site de entretenimento da Globo. A bela disse ter a "determinação" a "atitude" como pontos em comum com a personagem. "Por mais que a minha personagem sofra uma submissão do pai, ela não desiste do próprio sonho.

Eu também sou focada nos meus planos e só sossego quando consigo realizar todos". Sucesso!

-

## Um dia na vida de um artista brasileiro

O ator Bemvindo Sequeira, 71 anos, passou um sufoco no seu stand-up na Sala Municipal Baden Powell, em Copacabana, no último domingo. O Bafo



Continuação: Ancelmo Gois

de Bode (na novela "Tieta") e Zebedeu (em "Mandacaru") precisou, acredite, interromper o espetáculo três vezes. Primeiro porque a iluminação no palco foi reduzida e apresentou falhas técnicas. Depois, foi surpreendido por reclamações da platéia, que se abanava e dizia que o ar-condicionado não estava funcionando. Por fim, uma barata gerou pânico nos presentes.

- Jamais passei tanta vergonha em 53 anos de profissão - diz Bem Vindo.

Na verdade, em tempos de crise, a administração do espaço faz das tripas coração para manter o teatro em pé.

-

OLHA O BLOCO DO WITZEL AÍ, GENTE!

Nos carnavais de 2017 e 2018, com o Rio falido, Pezão leiloou o camarote do governador na Sapucaí. Mas o atual governador, Wilson Witzel, não quer perder a festa- e nem essa vitrine política.

-

VLT corre risco de vida

VLT corre o risco de parar em poucos dias. Isso mesmo. Os bondes modernos e silenciosos que desfilam pelo Centro do Rio desde 2016 estão na UTI. A prefeitura deve cerca de R\$ 110 milhões à PPP que opera os bondes, e a concessionária já não está pagando os fornecedores, a Light e até mesmo o BNDES. Além de inviabilizar o início da operação da linha 3, a falta de recursos deve parar em breve as linhas 1 e 2.

-

E assim se passaram 50 anos

A Zacharias Modas, na esquina da Hilário de Gouveia com Nossa Senhora de Copacabana, colocou um

aviso na porta informando aos clientes que, após 50 anos, está encerrando as atividades.

-

Flamenguista na comunicação

Sabe o general Richard Nunes, que foi secretário de Segurança no Rio durante a intervenção federal? Assume, dia 14, o comando do Centro de Comunicação Social do Exército no lugar do general Rêgo Barros, que virou porta-voz do governo Bolsonaro.

-

Aqui, tudo acaba em samba

Veja este desenho de uma laranja com duas mãozinhas que fazem o sinal de uma arma. É para ilustrar o bloco "Essa é de Queiroz", uma singela homenagem ao ex-assessor de Flávio Bolsonaro feita por integrantes de vários blocos da Zona Sul. - O bloco é uma gozação, uma gaiatice, que a gente resolveu tomar política. Todo mundo vai... faltar. Mais do que estar na rua, é um bloco que está no ar - explica Ricardo de Moraes, do Barbas.

-

ZONA FRANCA

A LC BARRETO produz a série "Brasil, Celeiro do Mundo", de Carlos A. Garcia e Gustavo Acioli, que percorrerá o país investigando o potencial da nossa economia e os caminhos para o século XXI. O lançamento está previsto para o final de 2019.

O JORNALISTA Alexandre Falcão lança hoje, na Livraria da UFRJ, seu primeiro livro de poemas: "Poemas do olhar".

AN NA Teresa Soares de Moura é a nova subsecretária de pós-graduação, ensino e pesquisa da secretaria estadual de saúde do Rio. RESTAURANTE

Continuação: Ancelmo Gois

Érico promove evento de degustação e venda de vinhos em parceria com Adega Hara nesta terça, às 19h, na Barra.

O GRUPO Perinatal inaugura no próximo dia 14, sua mais nova UTI Neonatal, no Hospital das Clinicas de

Teresópolis.

A UNIVERSAL Music Brasil criou, em seu perfil no Digster, quatro playlists especialmente para o carnaval.

## A adoção do Protocolo de Madri e o Projeto de Lei 10.920/18



Paulo Brancher e Julio Regoto. FOTOS: DIVULGAÇÃO

O **Protocolo de Madri** ("Protocolo"), para o registro internacional de marcas, é um tratado administrado pela **Organização Mundial da Propriedade Intelectual** em vigor desde 1996, tendo sido ratificado por cerca de 120 países, incluindo os EUA, Japão, Austrália, China, Rússia e, ainda, toda a União Europeia.

Por meio do Protocolo, o titular de um registro de marca pode replicar tal proteção em vários países, bastando o depósito de apenas um pedido em seu instituto de marcas. O procedimento do Protocolo diminui a burocracia, custos e prazos para obtenção de uma marca no exterior. Apesar de tratar-se de um pedido de registro único, cada país é responsável pelo exame do pedido de registro para verificar se está de acordo com sua legislação. No Brasil, o depósito de um pedido de registro de marca é realizado perante o Instituto Nacional da **Propriedade Industrial (Inpi)** e, caso o titular deseje proteger a mesma marca no exterior, o pedido deve ser repetido em cada um dos países de interesse.

Após décadas de discussões política e legislativa para que o Brasil ingressasse no Protocolo, finalmente parece que sua adoção está próxima. A proposta para adesão ao Protocolo em tramitação na Câmara (PDC 860/17) foi aprovada pela Comissão de De-

envolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços em novembro de 2018. Atualmente o texto tramita em regime de urgência e espera-se que seja votado em breve pela Comissão de Constituição e Justiça, de Cidadania e pelo Plenário.

Contudo, a adoção pura e simples do Protocolo poderia ferir a isonomia entre pedidos nacionais e pedidos estrangeiros apresentados via Protocolo, além de haver questões a respeito das taxas administrativas e da efetividade dos exames perante terceiros; que poderiam afetar o sistema e exigir mudanças estruturais na legislação brasileira.

Com o objetivo de corrigir tais inconsistências, foi apresentado o Projeto de Lei n.º 10.920/18 ("PL 10.920/18") que tramita agora em caráter conclusivo, devendo ser analisado também em breve pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e a de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O PL 10.920/18 altera a Lei n.º 9.279/96, a Lei de Propriedade Industrial ("LPI"), para que os nacionais depositantes de pedidos de registro de marca e estrangeiros usuários do Protocolo estejam submetidos às mesmas regras, notadamente: (1) comprovação do exercício de atividade compatível com o pedido de registro apresentado via Protocolo; (2) possibilidade de co-titularidade de marcas, o que é atualmente vedado pelo **Inpi**; (3) possibilidade do depósito no sistema "multi-classe", no qual um único pedido pode ser apresentado para diversos segmentos de mercado; (4) publicação do pedido de língua Portuguesa, para fins de oposição; (5) deferimento automático do pedido de registro caso seu exame regular não seja concluído em até 18 (dezoito) meses da data do protocolo; (6) também nos pedidos feitos via Protocolo, o titular estrangeiro deverá nomear procurador com poderes para receber citações judiciais; e (7) necessidade de declaração de

Continuação: A adoção do Protocolo de Madri e o Projeto de Lei 10.920/18

uso ou justificativa de desuso durante o sexto e durante o último ano de vigência do registro.

O PL 10.920/18 altera a LPI também para revogar seu artigo 135, que prevê que a cessão de pedidos ou registros de marca sempre deve incluir todos os registros ou pedidos de marcas iguais ou semelhantes do mesmo titular, relativas a produto ou serviço idêntico ou semelhante, sob pena de cancelamento dos registros ou arquivamento dos pedidos não cedidos.

Para que a iminente adesão do Protocolo fosse possível, foi essencial o engajamento do **Inpi**. Historicamente, o prazo médio de análise de um pedido de registro era de 3 a 4 anos. Entretanto, como o Protocolo determina que o prazo máximo de processamento do pedido deve ser de 18 meses, o **Inpi** precisou reduzir seus prazos. Tal esforço do **Inpi** para resolver o backlog reduziu o tempo de exame no **INPI** para, em média, 1 ano e 6 meses no caso de pedidos novos.

No comparativo com o ano de 2017, as estatísticas do **Inpi** apontam para um aumento de produtividade em 2018. De acordo com dados oficiais do **Inpi**, em

2018 foram mais de 376 mil decisões no ano, o que resultou em uma redução de 47% do backlog de marcas do Instituto.

A adesão ao Protocolo poderá estimular as exportações de produtos e internacionalização de marcas nacionais, bem como investimentos nacionais no exterior, uma vez que a proteção dos registros no exterior já será garantida. Considerando a importância do sistema de **propriedade intelectual** para o desenvolvimento econômico e social, e dos objetivos de médio e longo prazo do país, como, por exemplo, o ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a adesão ao Protocolo se mostra benéfica e nos aproxima da realidade internacional experimentada no que tange a proteção de direitos intangíveis. Torçamos para boas novas na volta das atividades no Congresso Nacional.

**\*Paulo Brancher e Julio Regoto são, respectivamente, sócio e advogado do escritório Matos Filho**

Paulo Brancher e Julio Regoto\*



## Migalhas nº 4.534

"O imposto não se justifica sem uma equivalente compensação de serviços. Fora daí é puro roubo."

Monteiro Lobato

Leão feroz

Logo mais vem aí um dos principais temores do brasileiro: a famigerada declaração do IR. Há pouco tempo, o Regulamento do IR recebeu sua 16ª versão e está em vigor desde janeiro. A norma reúne toda a legislação atinente ao IR e, apesar do CTN prever a publicação de uma nova versão todo ano, esta foi publicada 20 anos após a anterior.

Crítica lobatiana

Em 1922, quando o IR foi instituído, o Brasil enfrentava um período agitado com rupturas em padrões sociais, políticos e artísticos. Motivado por este cenário, Monteiro Lobato redigiu inúmeras críticas, sendo uma delas ao Fisco. Em tom sarcástico inconfundível, o escritor o qualificou como um sistema de amarras que facilitaram a exploração do país.

Defasagem

95,4%: esta é a defasagem média acumulada desde 1996 pela falta de reajustes na tabela de IR, de acordo com pesquisa do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal.

Repatriação no limbo?

E por falar em arrecadação, a mudança repentina de postura da Receita Federal sobre a repatriação de recursos vai tirar o sono de muito contribuinte em 2019. O Fisco quer a comprovação da origem dos recursos dos que aderiram ao programa. Quem antes teve apenas que identificá-los e declarar que têm origem lícita, agora deverá comprovar tal origem. Moro, aliás, quer uma força-tarefa para o pente-fino nos R\$ 175 bi regularizados. Restam dúvidas: pode a

Receita avançar no que a lei formalmente negou? Há violação da segurança jurídica? É possível aos contribuintes conseguirem reunir os documentos necessários? Quais as consequências para quem não o fizer? Todas essas inquietantes questões são abordadas pelo advogado Luiz Gustavo A. S. Bichara, do escritório Bichara Advogados.

Migalhas

Os migalheiros já notaram uma migalha de mudança em seu querido informativo diário. Uma delas é o enterro do "clique aqui", que invariavelmente estava ao final das notas. A partir de agora, todas as migalhas que tiverem o título nesta cor, algo como um bordô, estarão devidamente linkadas. De modo que, basta clicar no título da migalha para ter acesso à matéria completa. Boa leitura!

Congresso 2019

Senado

As reviravoltas na eleição para a presidência do Senado foram dignas de uma produção de sucesso da Netflix. Teve tumulto, briga, votação, decisão judicial na madrugada, flores, cédula a mais de voto na urna, desistências e novo escrutínio, tudo isso em um espaço de 24 horas. Por fim, Davi Alcolumbre foi eleito com 42 de 77 votos.

Elemento teleológico

Muitos senadores declararam publicamente seus votos ou até mesmo mostraram a cédula preenchida. Evidentemente que isso era possível, pois o segredo é uma garantia do eleitor. Se ele quer violar o segredo, pode perfeitamente fazê-lo. Ou não?

Câmara

Rodrigo Maia foi eleito para comandar a Câmara no biênio 2019/20 com 334 votos. É, de acordo com os

jornais, o segundo mais importante da República, tal a forma como foi aclamado.

## Migalhas dos leitores - Inregimentalidade da Constituição

"Senadores são representantes do povo. Elementarmente, o representante não pode ter sigilo com relação ao seu representado. É inimaginável um advogado negar ao seu constituinte a ciência dos atos por ele praticados. No Congresso, é justificável o sigilo no tocante ao voto proferido no julgamento de seus pares, para evitar constrangimento. A regra geral é o voto aberto. Chegou-se agora ao grotesco. Além do voto ser secreto para a eleição da Mesa (o que já é absurdo) o Senado se superou: é proibido, sob pena de sanção, o parlamentar anunciar em quem votou! O que é dever passou a ser delito. E dane-se o art. 5º, IV da CF: 'É livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato'. Em síntese: a Constituição é inregimental." Adilson Abreu Dallari - professor Titular de Direito Administrativo pela PUC/SP

## Devagar com o andor

Ministro Lewandowski, em artigo publicado hoje na Folha de S.Paulo, alerta para os limites constitucionais às reformas governamentais. S. Exa. lembra que não obstante o amplo mandato conferido pelo sufrágio popular, os eleitos "acabam esbarrando nas cláusulas pétreas que os impedem, por exemplo, de restringir as competências ou rendas de Estados e municípios, a livre expressão da vontade dos cidadãos nas urnas, a autonomia do Legislativo ou Judiciário, bem como de malferir direitos adquiridos, atos jurídicos perfeitos e situações consolidadas por decisões transitadas em julgado". E vaticina: "Se ainda assim o Congresso Nacional, por eventual erro de avaliação, aprovar medidas desse jaez, incumbirá ao Supremo Tribunal Federal recompor a ordem constitucional vulnerada."

## Lei anticrime

Moro se reúne hoje com governadores e secretários de Segurança Pública para apresentar seu projeto de lei anticrime. Em vídeo publicado nas redes sociais, o ministro detalha que a proposta visa combater corrupção, crime organizado e crime violento.

## Sob nova direção

Novos diretores da OAB e os 162 conselheiros Federais (titulares e suplentes) que ficarão à frente da entidade no próximo triênio tomaram posse na última sexta-feira. A presidência fica a cargo de Felipe Santa Cruz. E hoje, com altivez, já mostra a que veio em entrevista ao jornal O Globo.

## Prosseguindo

A Corte Especial do STJ decidiu que o Tribunal pode julgar temas com repercussão geral reconhecida pelo STF, mas que ainda estão pendentes de julgamento. Por unanimidade, os ministros acompanharam o voto do relator, ministro Herman Benjamin, em questão de ordem julgada na última sexta-feira. No pano de fundo, dois REsps nos quais discute-se a possibilidade de contratação de escritórios de advocacia sem licitação pelo Poder Público. A temática está sob repercussão geral no Supremo - tema 309 e o relator, ministro Toffoli, indeferiu o pedido de sobrestamento dos feitos.

## Mulheres na política

O TSE desaprovou as contas do diretório nacional do PSD referentes ao exercício de 2013, por não terem sido sanadas as irregularidades na prestação de contas da legenda quanto à aplicação de recursos do Fundo Partidário para incentivar a participação da mulher na política. O ministro Tarcísio Vieira, relator, consignou no voto: "Diante da gravidade da irregularidade sob o prisma de sua natureza, este Tribunal Superior em recentes julgamentos adotou uma postura mais rígida em relação à omissão na aplicação de recursos para o incentivo à participação política da mulher, notadamente em hipóteses de

descumprimento reiterado."

## Mulheres no Judiciário

Levantamento feito pela Secretaria de Gestão de Pessoas do CJF revela baixa participação do gênero feminino na magistratura Federal. Dos 1.806 juízes Federais, 579 são mulheres (32%).

## Multa

9ª câmara de Direito Público do TJ/SP mantém multa de mais de R\$ 8 mi aplicada pelo Procon à Claro por violação de dispositivos do CDC. O colegiado reconheceu que havia abusividade nas cláusulas de contrato de serviço pré-pago, as quais colocavam o consumidor em desvantagem exagerada.

## Má-fé

Autora que questionou negativação causada por dívida que contraiu em contrato com a Vivo é condenada por má-fé. De acordo com a decisão, débito que motivou negativação existe e é devido.

## Anuidade OAB/PB

A OAB/PB prorrogou para hoje o prazo final para pagamento com desconto de 20% da anuidade da seccional. A prorrogação se deu em virtude de uma falha no sistema bancário que impossibilitou a realização de pagamentos na última quinta-feira, 31.

## Rompimento de contrato de trabalho

1ª turma do TRT da 11ª região negou provimento ao recurso de um trabalhador que foi dispensado por justa causa. Ele havia apresentado certificado de escolaridade falso e omitido sua reprovação em curso de reciclagem. O escritório Albuquerque Pinto Advogados atuou na causa pela empresa.

## Absolvição

O juízo da 3ª vara Criminal Federal de SP absolveu sócios da empresa de moda feminina Gregory. Na ação, o MPF acusou a marca de submeter trabalhadores à situação análoga a de escravos. Os sócios da empresa foram defendidos pelo advogado Luiz Flávio Borges D'Urso, do escritório D'Urso e Borges Advogados Associados.

## Restituição

Resolução 4.708/19, do BC, regulamenta restituição de créditos indevidos em razão de óbito.

## CPC Marcado

O CPC elencou o rol de legitimados aptos a propor ação de levantamento de curatela. O tema é abordado pelo advogado Marcus Vinicius Furtado Coêlho, na coluna de hoje.

## Previdencialhas

O advogado Fábio Zambitte Ibrahim trata da MP 871/19, amplamente alardeada como importante instrumento de combate às irregularidades e fraudes na Previdência Social.

## Conversa Constitucional

O advogado Saul Tourinho Leal trata do singular poder constituinte em Israel, nascido a partir de um arranjo institucional internacional irrepetível.

## Papo Jurídico

Seguradora deve indenizar terceiro vítima de acidente mesmo em caso de embriaguez de condutor? O advogado Guilherme Galhardo Antonietto responde a questão.

## Inglês jurídico

A advogada Luciana Carvalho aborda a expressão "loosen gun laws", que significa facilitar, liberar, re-

laxar, por meio de lei.

\*\*\*Brumadinho/MG\*\*\*

## Força-tarefa

Veja quem são os integrantes do MPF, designados por Raquel Dodge, que conduzirão as investigações referentes ao rompimento da barragem em Brumadinho. O trabalho será feito tanto na esfera Cível quanto na Criminal e terá duração de seis meses.

## Conta pesada

A AGU vai cobrar da Vale os custos operacionais e logísticos que o governo Federal está tendo após o rompimento da barragem no Córrego do Feijão. "Absolutamente todo o gasto que o governo Federal tiver por conta do desastre de Brumadinho é passível de cobrança judicial pela AGU em face da Vale. Então toda a mobilização do Exército, da Defesa Civil, dos ministérios da Saúde e do Meio Ambiente, isso vai ser computado e vai ser passível de cobrança judicial por parte da União, das autarquias e fundações em relação à empresa Vale, explicou o advogado-Geral da União, André Mendonça.

## Rápida reparação

Na abertura do ano no STJ, o presidente da Corte, ministro João Otávio de Noronha, prestou solidariedade às vítimas do rompimento da barragem e pediu uma rápida reparação às vítimas, de preferência por vias extrajudiciais. O ministro defendeu ainda a punição dos responsáveis pela tragédia sem que ocorra a extinção da Vale.

## Responsabilidade penal

Diante da tragédia de Brumadinho, o promotor de Justiça aposentado Eudes Quintino de Oliveira Júnior indaga: qual a providência criminal com relação à pessoa jurídica que representa a empresa, já que dela deriva toda iniciativa de ação ou omissão?

## Evento - Compliance

Não há dúvida: os executivos das instituições financeiras têm entre suas maiores preocupações o desenvolvimento de um programa de compliance de excelência. Novas questões e exigências surgem diariamente, e é com os olhos voltados para este setor que Migalhas promove o curso "Compliance Bancário". Para orientar ou ser um parceiro, os escritórios de advocacia que atendem as instituições financeiras devem também entender como isso funciona. O evento será no próximo dia 6, no Hotel Tivoli São Paulo Mofarrej. Garanta sua vaga.

## Proteção de dados pessoais Prepare-se!

A lei de proteção de dados pessoais brasileira entrará em vigor no início de 2020. Para as empresas, o principal obstáculo é o curto tempo de adaptação, principalmente para desenvolver uma estrutura de segurança contra vazamentos - ainda mais tendo em conta a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados pela MP 869/18. Quer se preparar? Então inscreva-se no seminário "Proteção de Dados e os atuais desafios da LGPD", promovido por Migalhas, dia 26 de fevereiro, em SP. As vagas são limitadas.

## ICMS PIS/Cofins

No último dia 24, a RF publicou a solução de consulta 3, ratificando o entendimento, de forma vinculante à Administração Pública, de que o ICMS pago na modalidade de substituição tributária e o IPI não integram a receita bruta para fins do cálculo da contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta. A questão é analisada pelos advogados Cristiane I. Matsumoto, Mariana Monte Alegre de Paiva e Eduardo Kauffman Milano Benclowicz, da banca Pinheiro Neto Advogados.

## Acordo de Paris

A advogada Ana Paula Chagas, da banca Rolim, Viotti & Leite Campos Advogados, trata do acordo

de Paris abordado em recente Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas, em Katowice, na Polônia.

## Acordo de Paris - II

Muito se tem discutido, nesse começo do novo governo, sobre qual será a política ambiental que o país seguirá de agora em diante. Neste contexto, o advogado Evandro A. S. Grili, da banca Brasil Salomão e Matthes Advocacia, fala do acordo de Paris, cana-de-açúcar e RENOVABIO.

## Alienação fiduciária

No âmbito da lei 5.709/71, advogado Augusto Reinke Jacinto, do escritório CMMM Carmona Maya, Martins e Medeiros Advogados, faz uma reflexão acerca do imóvel rural alienado fiduciariamente a estrangeiro, em especial à instituição financeira estrangeira.

## Julgamento virtual

O julgamento por meio eletrônico foi regulamentado no TJ/SP pelas resoluções 549/11 e 772/17 do Colendo Órgão Especial, segundo as quais o prazo para as partes manifestarem sua oposição a essa modalidade de julgamento será de cinco dias, contados da ciência da distribuição dos autos em segundo grau. Diante disso, Edgard Silveira Bueno Filho (Lima Gonçalves, Jambor, Rotenberg & Silveira Bueno Advogados) apresenta, em artigo, como o assunto é tratado em outras Cortes.

## Mediação

Diretora da Vamos Conciliar, Perla Rocha explica como a mediação pode ser uma das melhores alternativas para que as famílias de Brumadinho consigam o ressarcimento dos danos materiais.

## Migalhas Mundo

## Deportação

Rússia vai pagar US\$ 11,5 mi ao governo da Geórgia por deportação de georgianos sem causa justa, segundo sentença do Tribunal de Direitos Humanos da UE.

## Fake news

Facebook retira contas, páginas e grupos indonésios de sua plataforma após descobrir disseminação de discurso de ódio e fake news.

## Bloqueio

Apple bloqueia Google por uso de seu certificado de aplicativo corporativo para IOS.

## Concorrência

Órgão antitruste da União Europeia acusa oito bancos de distorcerem a concorrência no mercado de títulos da zona do euro.

## Uber

Uber aumenta o preço de suas viagens em NY, para cumprir lei de salário mínimo.

## Base aérea

Cidadãos de Okinawa, no Japão, participarão de referendo sobre transferência da base aérea dos EUA.

## Impressão digital

Sob acordo bilateral, Japão e EUA começam o compartilhamento de dados de impressões digitais.

## Migalhas Correspondentes

Inicie a semana com o pé direito. Não perca tempo e cadastre-se na seção Correspondentes. Deixe o seu contato disponível para a prestação de serviços ju-

rídicos!

Missa

Será celebrada amanhã missa de 7º dia em sufrágio da alma da advogada Wanessa Portugal, CEO da Pró-Saúde. A advogada faleceu aos 41 anos no último dia 29, no Hospital Sírío-Libanês, onde lutava contra um câncer. Graduada em Direito pela Unifenas, Wanessa se dedicou, no último ano, à finalização de dois importantes projetos voltados à saúde pública e compliance no setor. A celebração será em São Paulo, às 19h, na Igreja da Ordem Terceira do Carmo (Rangel Pestana, 230, Centro). As unidades gerenciadas pela Pró-Saúde também realizarão missas em memória de Wanessa Portugal em 11 Estados do país.

Falecimento

Faleceu na última sexta-feira, 1º, aos 94 anos, o procurador do Estado de SP aposentado Armando Marcheses Machado Jr., o Armandinho. Ele ingressou na PGE/SP em 1956, foi presidente da APESP por quatro mandatos (1962/63, 1967/68, 1968/69, 1972/73) e organizador do "1º Congresso Nacional de Procuradores dos Estados e do DF", que aconteceu na Faculdade de Direito do Largo S. Francisco, em 1969. Armandinho também foi presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, fundador e presidente da União Estadual dos Procuradores do Estado, fundador e primeiro presidente do SindiproesP. Historiador de mão cheia, foi o responsável, seguindo os passos de Almeida Nogueira e Spencer Vampré, pela memória das Arcadas do Largo S. Francisco.

Baú migalheiro

Há 56 anos, no dia 4 de fevereiro de 1963, o então presidente da República João Goulart sancionou a lei 4.199/63, que criou, na 4ª região da JT, seis Juntas de Conciliação e Julgamento, respectivamente, nas comarcas de Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Cachoeira do Sul, Ijuí, Taquara e Itajaí. A norma também con-

cebeu os cargos de juiz do Trabalho, suplente de juiz do Trabalho, presidente da Junta, e duas funções de vogal, para cada uma das Juntas.

Sorte grande

A vaga para participar do seminário "Compliance Bancário", realizado por Migalhas, que acontece dia 6/2, em SP, vai para o leitor do WhatsApp Migalhas com DDD 11 e final 3310. Parabéns!

Sorteio

A obra "Compliance e a Nova realidade Empresarial" (Instituto Memória 140p.), organizada por Louise Rainer Pereira Gionédís e Maria Amélia Cassiana Mastro Rosa Vianna, com a coautoria de Marlus H. Arns de Oliveira, sócio da banca Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados, reúne diversos artigos sobre o tema. Dois migalheiros serão presenteados pelo coautor.

Migalhíssimas

Dia 6/2 ocorre a solenidade de posse de Marçal Justen Filho, Cesar Pereira e da advogada associada Mayara Gasparoto Tonin, todos do escritório Justen, Pereira, Oliveira & Talamini - Advogados Associados, como membros da Comissão de Direito Administrativo da OAB/DF. A Comissão atuará principalmente no apoio institucional aos advogados e sociedade, por meio da elaboração de opiniões legais sobre debates jurídicos, no acompanhamento legislativo referente a temas de direito administrativo, no controle das ações de compliance implementadas pelas empresas estatais no DF e no fomento acadêmico, com a discussão de temas atuais e a produção de artigos jurídicos. A solenidade será realizada às 10h, no auditório da OAB/DF.

Ricardo Pontes Vivacqua, do escritório Vivacqua Advogados, foi eleito presidente da Legal Bridge Brasil LBB, que tem o objetivo principal de disponibilizar aos seus integrantes ambiente e ins-

trumentos necessários para que se sintam confortáveis em atuar em todo território nacional de forma eficiente, com acesso a expertise local dos demais membros, visando atender ao mercado nacional que exige, cada vez, serviços mais céleres e adequados as suas necessidades.

Sócio do escritório Almeida Guilherme Advogados Associados, Luiz Fernando do Vale de Almeida Guilherme é o novo coordenador do curso de especialização de "Meios Extrajudiciais de Soluções de Conflitos", da EPD. O curso será presencial, em SP, em 12 meses. Para solicitar descontos, envie um e-mail.

## Estudo

A AASP disponibiliza, gratuitamente, em seu site, edição atualizada da publicação "Apontamentos sobre o ITCMD no Estado de São Paulo". O material traz atualizações da legislação estadual e federal, incluindo o advento do CPC/15 e evolução jurisprudencial do ITCMD no Estado de SP.

## Procrastinação na Advocacia

No dia 8/2, às 10h, o IbiJus Instituto Brasileiro de Direito promove a palestra online e ao vivo "Procrastinação na Advocacia: 5 modelos de rotinas produtivas". As inscrições são gratuitas.

## Oratória e Comunicação

De 18 a 20/2 e de 25 a 27/2, a AASP promove o curso "Oratória e Comunicação Eficaz Como Ferramenta para Atuação do Advogado", em SP.

## Direito Previdenciário Empresarial

A partir do dia 12/3, a Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo terá na grade dos cursos de pós-graduação o de "Direito Previdenciário Empresarial". O novo curso é coordenado pela professora Ivani Contini Bramante e pelo professor

Miguel Horvath Junior.

## Curso de verão

A OMPI, em cooperação com o **INPI** e a **ABPI** - Associação Brasileira da **Propriedade Intelectual**, organizará o "Curso de Verão de **Propriedade Intelectual** OMPI-Brasil", entre os dias 11 e 22/3. Associados da **ABPI** têm 50% de desconto. O curso de verão é um programa regular que a Academia da OMPI promove desde 2009, em parceria com instituições nacionais em diversos países. O curso acontecerá no RJ, de 11 a 15/3, na sede da ABPI, e de 18 a 22/3, no escritório da OMPI. Estarão disponíveis, ainda, dez vagas por videoconferência no escritório da ABPI, em SP. Vagas limitadas e sujeitas a aprovação da OMPI.

## Direito da Saúde

Estão abertas as inscrições para o curso de especialização em "Direito da Saúde", do Instituto de Direito da PUC-Rio. O curso será oferecido na unidade do Centro, às segundas e quintas-feiras, das 19 às 22h.

## Holding familiar

Com o objetivo de proporcionar uma melhor visão sobre o tema "Holding familiar - A importância de conhecer suas vantagens", foi criada a apostila virtual e o treinamento "In Company". Confira e concorra a uma apostila.

## Selo de qualidade

O Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP recebeu o "Selo de Qualidade OAB Recomenda", no Conselho Federal da OAB. A cerimônia chegou em sua 6ª edição e buscou avaliar instituições de Direito que tem desempenho de excelência no exame da Ordem.

## Cursos

Confira os cursos promovidos pelo Cenofisco Centro de Capacitação Profissional:

"Formação de Analista de Departamento Pessoal (Ênfase em eSocial)", dias 7, 8, 14 e 15/2, no RJ.

"EFD-Reinf (Dirf Digital)", dia 8/2, no RJ.

"Intensivo de SPED (Arquivos de Escrituração - EFD, EFD Contribuições, ECD e ECF)", dias 8 e 9/2, no RJ.

"DCTFWeb", dia 8/2, em SP.

Parabéns

Sorteio de obra: O livro "Cartel Responsabilidade Civil Concorrencial" (Thomson Reuters Revista dos Tribunais 285p.), de Bruno Oliveira Maggi, vai para Raul Amaro de Araujo, assistente jurídico em Brasília/DF.

Fomentadores

Clique aqui para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Migalhas também é cultura!

Joaquim Manuel de Macedo | Padre Antônio Vieira | Luís Roberto Barroso | Joaquim Nabuco | Paulo Bonfim | Lima Barreto | Olavo Bilac | Bernardo Guimarães | Camilo Castelo Branco | Aluísio Azevedo | Bastos Tigre | Rui Barbosa | Machado de Assis | Euclides da Cunha | Eça de Queirós | José de Alencar

Clique aqui e acesse mais títulos

Mural Migalhas

Veja abaixo as cidades carentes de profissionais:

PA/Melgaço

SC/Caibi

SC/Ponte Serrada

TO/Araguacema

Cadastre-se como um Correspondente Migalhas.

Agenda

Rio de Janeiro

7/2/19 - Formação de Analista de Departamento Pessoal (Ênfase em eSocial)

8/2/19 - EFD-Reinf (Dirf Digital)

8/2/19 - Intensivo de SPED (Arquivos de Escrituração - EFD, EFD Contribuições, ECD e ECF)

9/2/19 - Prático de Departamento Pessoal (Ênfase na Reforma Trabalhista)

São Paulo

4/2/19 - Cálculos Trabalhistas - Rotinas do Departamento Pessoal e Liquidação de Sentença (Processo Trabalhista)

4/2/19 - Contratação de Serviços - Procedimentos para Retenção de IRF, PIS, Cofins, CSLL, ISS e INSS

4/2/19 - Créditos Fiscais de ICMS-SP, IPI, PIS/Cofins

5/2/19 - Dirf e EFD-Reinf (Preenchimento da Dirf e Geração)

6/2/19 - Retenções Tributárias na Fonte: IR, INSS, ISS, PIS, Cofins e CSLL

6/2/19 - Gestão de Informações do SPED (Cruzamentos e Controles)



6/2/19 - Imposto de Renda da Pessoa Física - Como Declarar	11/2/19 - Contabilidade para Entidades do Terceiro Setor (Conforme: ITG 2002)
7/2/19 - Tributação e Aspectos Legais Aplicáveis aos provedores de Internet	11/2/19 - Reforma Trabalhista - Aspectos Processuais
7/2/19 - Substituição Tributária do ICMS (Conceito, Cálculos, Emissão de NF-e e Escrituração - Convênio ICMS nº 142/2018)	12/2/19 - Gestão Estratégica de Custos
7/2/19 - Departamento Pessoal Modelo e eSocial	12/2/19 - Siscoserv para Contadores
7/2/19 - EFD-Reinf (Dirf Digital)	12/2/19 - Bloco K - Registro de Controle da Produção e do Estoque
8/2/19 - DCTFWeb	13/2/19 - Terceirização e trabalho temporário - Lei 13.429/17
8/2/19 - Formação para Analista na Área Fiscal - Tributos Diretos e Indiretos	13/2/19 - Introdução à Área Fiscal (ICMS, IPI e ISS)
9/2/19 - Análise de Demonstrativos Financeiros das Empresas (Análise de Balanço)	13/2/19 - Nova Sistemática de Recolhimentos Sociais
9/2/19 - Formação de Analista e Assistente Fiscal (ICMS/IPI/ISS, PIS/Cofins, IR/CSLL)	13/2/19 - PIS/Pasep e Cofins não Cumulativo (Procedimentos para Apuração)
11/2/19 - Faturamento e Emissão de Notas Fiscais Eletrônicas	14/2/19 - eSocial na Segurança e Medicina do Trabalho
11/2/19 - Lucro Real - Procedimentos para Apuração	14/2/19 - Ressarcimento do ICMS-ST - Portaria CAT 42/18
11/2/19 - eSocial Passo a Passo	14/2/19 - eSocial (Novo Sistema de Controle das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais)
11/2/19 - Formação para Iniciantes na Área Fiscal/Tributária (ICMS/IPI/ISS/PIS-Cofins/IRPJ e CSLL)	14/2/19 - Novas Regras DCTFWeb X Reinf X Darf X PER/DCOMP Web
11/2/19 - SPED - Bloco K - Registro e Controle da Produção e Estoque	15/2/19 - Importação e Exportação Contabilização e PIS/Cofins Importação

Continuação: Migalhas nº 4.534

15/2/19 - DCTFWeb - Previdenciária - (Cruzamento das Informações do eSocial x EFD-Reinf)

15/2/19 - Rotinas do Departamento Pessoal - Administração do Pessoal

## Índice remissivo de assuntos

**Pirataria**

3

**Propriedade Intelectual**

7

**Marco regulatório | INPI**

7

**Propriedade Industrial**

7

**Entidades**

7

**ABPI**

9